

RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.793 - SP (2015/0269105-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : LUIZ CARLOS FERREIRA
RECORRENTE : HELIANE FURQUIM
RECORRENTE : MAURICIO DE ANDRADE
RECORRENTE : CLAUDINEI DONIZETE MACARI
RECORRENTE : SONIA RAMIRES RAPOSO
RECORRENTE : MARCIA MORATA MAROLLA
RECORRENTE : PAULO SERGIO MACIEL NOVAES
RECORRENTE : MARCO AURELIO DE PAULA STRIFEZZA
RECORRENTE : PEDRO LUIZ AUGUSTO
ADVOGADO : MAURO DEL CIELLO E OUTRO(S) - SP032599
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI E OUTRO(S) - SP122614

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por LUIZ CARLOS FERREIRA e OUTROS, em 06/06/2014, com fundamento nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado em 26/02/2014, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - Conversão dos vencimentos para URV - Lei Federal nº 8.880/94 - Prescrição do fundo de direito - Ato único no tempo - Ação ajuizada além do lustro legal - Fenômeno extintivo que não pode atingir apenas parcelas mensais, pena de conferir à ação um caráter imprescritível - Inaplicabilidade da Súmula 85/STJ - Recurso desprovido" (fl. 263e).

Opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, foram eles rejeitados, por acórdão publicado em 26/05/2014, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Vícios no julgado - Inocorrência - Questões devidamente enfrentadas e apreciadas pela Turma Julgadora - Nítido caráter infringente - Inadmissibilidade - Embargos rejeitados" (fl. 311e).

Nas razões do Recurso Especial, alega afronta ao art. 535, I e II, do CPC/73, pelos seguintes argumentos:

"A) DA INFRINGÊNCIA DO ARTIGO 535 DA LEI FEDERAL Nº

5.869/73

PERMISSA VENIA, o Acórdão atacado violou Lei Federal, qual seja Lei n.º 5.869, de 11/01/73 (Código de Processo Civil) notadamente o art. 535, incisos I e II, considerando que a Recorrente interpôs Embargos de Declaração, ofertando nos mesmos o 'prequestionamento' com fundamento no verbete n.º 98 da Súmula do STJ e Súmula 356 do STF, para eventual interposição de Recurso Especial, sendo lacônico o Acórdão, limitando-se a declarar que o mesmo não contém omissões, contradições ou obscuridades, sobressaindo nos embargos apenas o efeito prejudicial.

(...)

No V. acórdão da Apelação nº 0058815-11.2012.8.26.0053 não houve expressamente o prejudicial dos artigos federais que ora se requer aplicação, havendo a necessidade dos recorrentes oporem embargos de declaração, em conformidade com a Súmula 98 do STJ e Súmula 356 do STF.

Neste sentido, os embargos de declaração foram opostos e a matéria federal devidamente ventilada:

(...)

Consta expressamente da decisão hostilizada os requisitos necessários ao prejudicial exigido pelas Instâncias Superiores, pois o Ilustre Relator assim a fez constar no corpo de seu voto:

(...)

Como se infere dos trechos da decisão recorrida, o direito que ora se pleiteia, qual seja, o afastamento da prescrição do fundo de direito, foi devidamente prejudicado a Súmula 85 do STJ e o Decreto n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932.

Diante do trecho do V. acórdão supra transcrito, os recorrentes cumpriram as exigências contidas nas Súmulas 98 do STJ e 356 do STF, ao oporem Embargos Declaratórios" (fls. 317/318e).

Quanto ao mérito, aponta infringência ao art. 22 da Lei 8.880/94, asseverando o seguinte:

"A) DA INFRINGÊNCIA DO ARTIGO 22 DA LEI FEDERAL Nº 8.880/94

É notório que a Lei Federal nº 8.880/1994, em seu artigo 22, ao mencionar a respeito do Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituiu a Unidade Real de Valor - URV, que atribuiu indistintamente à conversão (Cruzeiro - Real - URV - Real) a todos os servidores, quais sejam servidores federais,

distritais, estaduais e municipais.

Assim, a Lei Federal nº 8.880/94 determinou que todos os salários deveriam seguir esta regra de conversão, que não foi observada pela Administração Estadual.

O Governo, ao efetuar a conversão dos vencimentos dos servidores para a URV não levou em consideração a aplicação do índice previsto na lei ora mencionada, gerando prejuízos aos autores, que tiveram seus vencimentos diminuídos com a mudança da moeda.

O V. acórdão recorrido reiterou os embargos de declaração para manter a decisão que negou provimento ao recurso dos autores por reconhecer a prescrição da ação, nos termos do art. 269, IV do CPC, por maioria de votos.

O V. Acórdão, reformou os termos da r. sentença monocrática, sob a alegação de prescrição do fundo de direito.

Entretanto, não pode ser reconhecida a prescrição do fundo de direito das obrigações de trato sucessivo, sumuladas pelo STJ - Súmula 85. Não houve, assim, como é evidente e é certo, negativa expressa alguma da Fazenda Pública. Forçoso convir que não incidem à espécie o art. 1º do Decreto n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e o art. 2º do Decreto-Lei n. 4.597, de 19 de agosto de 1942.

Dessa forma, ao manter o reconhecimento da prescrição do fundo de direito, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo impediu a aplicação do art. 22 da Lei Federal 8.880/94.

DO AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO (Súmula 85 do STJ e o Decreto n. 20.910/1932)

O V. acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência pacífica deste Tribunal, segundo a qual, tratando-se da concessão (aos servidores públicos) do percentual referente à conversão da moeda URV, prescreve a pretensão somente às prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, e não ao próprio direito postulado (Súmula 85) e Decreto n. 20.910/1932.

(...)

Nesse sentido, vem decidindo o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme passamos a demonstrar:

(...)

Neste raciocínio, inexistente prescrição do fundo de direito, já que os requerentes jamais postularam, na esfera administrativa, esse recálculo em decorrência, o pagamento das verbas perseguidas nesta ação.

Não houve, assim, como é evidente e é certo, negativa expressa alguma da Fazenda Pública. Forçoso convir que não incidem à espécie o art. 1º do Decreto n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e o art. 2º do Decreto-Lei n. 4.597, de 19 de agosto de 1942.

Ora, tratando-se da concessão (aos servidores públicos) do percentual referente à conversão da moeda URV, prescreve a pretensão somente às prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, e não ao próprio direito postulado (Súmula 85).

Cediço é que, por se tratar de prestação de trato sucessivo, ou seja, que se renova mês a mês, não há o que se falar em prescrição do fundo de direito, nos termos da Súmula 85 do STJ e art. 1º do Decreto n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e o art. 2º do Decreto-Lei n. 4.597, de 19 de agosto de 1942.

Destarte, a alegação da prescrição do fundo de direito se mostra inexistente, de modo que, com efeito, nas relações jurídicas de trato sucessivo, onde se aponta erro no pagamento de diferenças de vencimentos/proventos/pensões, que se repete mês a mês, prescrição quinquenal atinge apenas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação, não alcançando o chamado fundo de direito.

Logo, a, negação da vigência do art. 22 da Lei Federal 8.880/94 não merece respaldo, pois a presente demanda trata-se de uma obrigação de trato sucessivo e continuado, o que deve ser de imediato afastada a prescrição do fundo de direito" (fls. 317/322e).

No que tange ao alegado dissídio jurisprudencial, aduz a parte recorrente a NÃO OBSERVÂNCIA A DECISÃO DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no REsp 1.101.726/SP, tomado em sede de recurso repetitivo, eis que "o acórdão recorrido reconheceu a prescrição do fundo de direito, não se aplicando a Súmula 85 do STJ, ENQUANTO que no acórdão que serve de paradigma (...) deixou claro, mais uma vez que não cabe mais discussão. pois diante da aplicabilidade da Súmula 85 do STJ e do Decreto n. 20.910/1932, não há o que se falar em prescrição do fundo de direito" (fls. 322/331e).

Por fim, requer "seja dado provimento ao mérito do apelo, a fim de reformar o V. Acórdão recorrido, para afastar a prescrição do fundo de direito, nos termos da jurisprudência pacífica deste C. STJ, inclusive nos moldes da Súmula 85 do E. Superior Tribunal de Justiça; Decreto n. 20.910/1932 e RECURSO ESPECIAL REPETITIVO nº 1.101.726, reconhecendo o direito dos recorrentes ao recálculo dos seus vencimentos, convertendo-os para a URV, a partir do mês de março de 1994, nos termos do artigo 22 da lei 8.880/194, apurando-se as diferenças e condenando a recorrida ao pagamento de forma

atualizada monetariamente, tudo acrescido de correção monetária e juros de mora legais, e ainda, condenar a recorrida no pagamento das custas processuais, bem como sejam arbitrados honorários advocatícios sobre a condenação e demais consectários de estilo" (fl. 331e).

Contrarrazões, a fls. 421/434e.

Encaminhados os autos para juízo de retratação, em face do REsp 1.101.726/SP (recurso repetitivo), o Tribunal de origem manteve o acórdão recorrido, nos termos da seguinte ementa:

"SOBRESTAMENTO DE RECURSO ESPECIAL - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - ARTIGO 543-C, § 7º, DO CPC - PRESCRIÇÃO - URV - Acórdão que reconheceu a prescrição do fundo de direito - Pronunciamento do STJ sobre a obrigatoriedade de observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal nº 8.880/94 para conversão em URV dos vencimentos e dos proventos de seus servidores (REsp 1.101.726/SP) - Devolução dos autos à Turma Julgadora para eventual adequação - Decisão que não trata expressamente da prescrição nuclear - Manutenção do julgado" (fl. 442e).

A fl. 448e, a parte recorrente ratifica o Recurso Especial, interposto a fls. 316/331e.

O recurso não merece ser conhecido.

Trata-se, na origem, de Ação Ordinária em que a parte ora recorrente, servidores públicos estaduais, busca o recebimento de diferenças remuneratórias, decorrentes da conversão de seus vencimentos em URV, uma vez que não teriam sido aplicadas as regras contidas na Lei 8.880/94.

A sentença julgou extinto o processo, com julgamento do mérito, em face da prescrição do fundo de direito, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32, o que restou mantido pelo acórdão recorrido (fls. 259/270e).

De início, verifica-se que a agravante não demonstrou em que consistiu a suposta ofensa ao artigo 535 do CPC/73, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PREFEITURA. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE ANTINOMIA ENTRE AS RESOLUÇÕES DO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E O DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. ART. 535, II DO CPC. INEXISTENTE. ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS DO CDC. SÚMULA 221/STJ. RECURSO DO BANCO. ART. 331 E 335 DO CPC. DEBATE SOBRE DIREITO. SÚMULA 211/STJ. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5/STJ.

(...)

2. O recurso especial do Ministério Público Estadual considera violado o art. 535, II do CPC, por omissão, bem como dispositivos da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.1. A alegação de violação ao art. 535, II do Código de Processo Civil, por postulada omissão, se apresenta absolutamente genérica, dando azo à aplicação da Súmula 284, do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

(...)

Recursos especiais não conhecidos" (STJ, REsp 1.345.344/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2014).

Ademais, o Recurso Especial também não merece ser conhecido, no que diz respeito à alegada ofensa ao art. 22 da Lei 8.880/94, não obstante cuide das diferenças remuneratórias, decorrentes da conversão de vencimentos em URV, postuladas pela parte recorrente na presente ação.

De fato, verifica-se que o referido dispositivo legal não trata da ocorrência de prescrição do direito de ação, cujo reconhecimento pelo Tribunal de origem decorre da interpretação do previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32.

Dessa forma, ante a deficiência na fundamentação, uma vez que o dispositivo legal tido por violado não ampara a tese defendida pela parte recorrente ou não contém normativo suficiente para infirmar o acórdão recorrido, o conhecimento do Recurso Especial encontra óbice, por analogia, na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. CONSTRUÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL PELO PARTICULAR. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.

FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO.
APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que é deficiente o Recurso Especial quando o dispositivo legal tido por violado não ampara a tese defendida pelo recorrente ou não contém normativo suficiente para infirmar o acórdão recorrido. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

2. Não foi impugnado nas razões do Recurso Especial o fundamento capaz de manter, por si, o acórdão recorrido, qual seja, "É cediço que todo o procedimento de eletrificação rural é feito mediante a participação financeira do consumidor final, que ao aderir ao contrato de prestação de serviços, arca com os custos decorrentes da montagem e instalação das linhas de distribuição, passando, após, tais bens a serem incorporados ao ativo fixo da concessionária, por meio de instrumentos chamados "Termos de Doação", consoante se infere do Decreto nº 41.019/57, regulamentador dos serviços de energia elétrica" (fl. 311, e-STJ). Incidência, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no RECURSO ESPECIAL 1.539.607/MT Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/11/2015).

Por fim, quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, observa-se que a parte recorrente aponta o acórdão tido por divergente, sem, entretanto, indicar qual artigo de lei federal que teria sido objeto de interpretação dissonante entre os tribunais. Ora, o conhecimento do Recurso Especial, pela alínea c do permissivo constitucional, exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. 'A inépcia da petição inicial, escorada no inciso II do parágrafo único do artigo 295 do Código de Processo Civil, se dá nos casos em que se impossibilite a defesa do réu ou a efetiva prestação jurisdicional' (REsp 1.134.338/RJ, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, DJe 29/9/11).

2. Hipótese em que a petição inicial, além de descrever de forma objetiva os fatos (candidato inscrito em concurso público que, aprovado nas fases iniciais, foi obstado de continuar no certame por não lograr êxito no teste psicotécnico), informa o direito subjetivo supostamente ofendido, ensejador do writ, sem causar qualquer espécie de embaraço à defesa do réu ou à efetiva prestação jurisdicional, tanto assim que o pedido foi julgado procedente.

3. Nos termos do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal, é cabível a interposição de recurso especial quanto o acórdão recorrido 'der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal'.

4. 'Para que se caracterize o dissídio, faz-se necessária a demonstração analítica da existência de posições divergentes sobre a mesma questão de direito' (AgRg no Ag 512.399/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJ 8/3/04).

5. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados '[é] imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c' (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Corte Especial, DJe 17/12/09).

6. Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea 'c' do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial.

7. A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial.

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora